

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.624.369 - RS (2019/0347704-5)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : IVAN LUIZ PETRY
ADVOGADO : DÉCIO LUIZ FRANZEN - RS024678
AGRAVADO : MUNICIPIO DE FELIZ
ADVOGADOS : LUIS FERNANDO SILVEIRA MARTELLO - RS050762
ADALBERTO BAIRROS KRUEL - RS085064

DECISÃO

Trata-se de agravo apresentado por IVAN LUIZ PETRY contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no art. 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, assim resumido:

APELAÇÃO CÍVEL ANULATÓRIA DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA AUTOR QUE NÃO SE DESINCUMBIU DO ÔNUS DE PROVAR MEDIANTE PERÍCIA A COBRANÇA DE VALOR EXCESSIVO NO MAIS APÓS RECONHECER O DÉBITO FAZER PARCELAMENTO E PAGAR PARTE O QUESTIONAMENTO EM JUÍZO BEIRA A LITIGÂNCIA DE MÁ- FÉ SENTENÇA QUE BEM EXAMINOU A ESPÉCIE MANUTENÇÃO APELAÇÃO DESPROVIDA

Quanto à primeira controvérsia, pelas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, alega violação do art. 81 do CTN, no que concerne à suposta impossibilidade da valorização imobiliária por estimativa, trazendo os seguintes argumentos:

A decisão recorrida viola brutalmente o disposto no artigos 81 do CTN, visto que é claramente descrito no artigo que o tributo refere-se ao limite que o imóvel valoriza em decorrência da obra pública, sendo neste caso a realização de uma valorização imobiliária antes da obra e uma depois da obra, para que fique devidamente comprovada a valorização. Ocorre que o Recorrido apurou a valorização por estimativa, não realizando qualquer avaliação in loco antes e muito menos depois da realização da obra, sendo impossível comprovar qualquer espécie de valorização imobiliária no imóvel do recorrente.

(...)

O disposto no artigo 82 §1º do CTN, acima transcrito é claro, em sua descrição ao mencionar que a contribuição relativa a cada imóvel será de acordo com a os respectivos fatores individuais de valorização, o que não deixa dúvida que cada imóvel deve ser avaliado de forma individual e não

por estimativa.

A valorização imobiliária por estimativa compromete a instituição do tributo, que por sua vez deve ser considerado nulo, já que não existe qualquer documento que comprove a valorização imobiliária, apenas mera estimativa que pode ser atribuída de acordo com o que melhor convém ao recorrido. (fls. 290/291)

Quanto à segunda controvérsia, alega, em síntese, ter sido indevida a sua condenação por litigância de má-fé.

É o relatório. Decido.

Quanto à primeira controvérsia, o acórdão recorrido assim decidiu:

Dois foram os motivos do indeferimento da suspensão da exigibilidade no Agln 70 057 526 865 (fl. 72): (a) a necessidade de prova do alegado excesso na cobrança da contribuição de melhoria; (b) a confissão e parcelamento.

Pois, embora alertado e inclusive dito que o ato administrativo goza de presunção, o autor, ora apelante, não se desincumbiu do ônus da prova, evidente prova pericial, o que derruba toda a argumentação levada a efeito.

No mais, conforme demonstrado no Parecer da douta Procuradoria de Justiça (fls. 170v.-3), transcrevendo todos os dispositivos pertinentes, a legislação municipal não limita o valor da contribuição a 30% da valorização do imóvel em razão da obra pública.

Finalmente, o pedido inicial foi restrito à questão do rateio e ao valor (fl. 10), descabe agora na apelação inovar, passando à nulidade do procedimento administrativo por suposta violação da lei; aliás, com a devida vênia, após reconhecer o débito, fazer parcelamento e pagar parte, questionar sem fomento jurídico mínimo, beira a litigância de má-fé. (fls. 237/238)

Aplicável, portanto, o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que as razões recursais delineadas no especial estão dissociadas dos fundamentos utilizados no aresto impugnado, tendo em vista que a parte recorrente não impugnou, de forma específica, os seus fundamentos, o que atrai a aplicação, por conseguinte, do referido enunciado: “É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”.

Nesse sentido, esta Corte Superior de Justiça já se manifestou na linha de que, “não atacado o fundamento do aresto recorrido, evidente deficiência nas razões do apelo nobre, o que inviabiliza a sua análise por este Sodalício, ante o óbice do Enunciado n. 284 da Súmula do Supremo Tribunal Federal” (AgRg no AREsp n. 1.200.796/PE, relator Ministro Jorge Mussi, Quinta Turma, DJe de 24/8/2018).

Confirmam-se ainda os seguintes julgados: REsp n. 1.682.077/RS, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 11/10/2017; AgInt no AREsp n. 734.966/MG, relator Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, DJe de 4/10/2016; AgRg nos EDcl no REsp n. 1.477.669/SC, relator Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, DJe de 2/5/2018; e AgRg no AREsp n. 673.955/BA, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe de 8/3/2018.

Quanto à segunda controvérsia, na espécie, incide o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que a parte recorrente deixou de indicar precisamente os dispositivos legais que teriam sido violados, ressaltando que a mera citação de artigo de lei na peça recursal não supre a exigência constitucional.

Aplicável, por conseguinte, o enunciado da citada súmula: “É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”.

Nesse sentido: "Impossível o conhecimento do recurso pela alínea 'a'. Isto porque não há na petição do recurso especial a clara indicação dos dispositivos legais que se entende por violados. A citação de passagem de artigos de lei não é suficiente para caracterizar e demonstrar a contrariedade a lei federal, já que impossível identificar se o foram citados meramente a título argumentativo ou invocados como núcleo do recurso especial interposto" (AgInt no REsp n. 1.615.830/RS, relator Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe de 11/6/2018).

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, **majoro os honorários de advogado em desfavor da parte recorrente em 15% sobre o valor já arbitrado nas instâncias de origem, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão de justiça gratuita.**

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 20 de janeiro de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente